



Conexões do Master com BC na lupa da PF

Gabriel Galípolo e Roberto Campos Neto são intimados a explicar se sabiam da atuação de ex-diretores da autoridade monetária em favor do banco de Vorcaro

» RAPHAEL PATI

A Polícia Federal intimou, ontem, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e o ex-presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, a prestarem depoimento sobre a fiscalização do Banco Master, liquidado extrajudicialmente. A corporação ainda convocou o dono do BTG Pactual, André Esteves, e o diretor de fiscalização do BC, Ailton de Aquino. Todos falarão sobre a suposta cooptação de Belline Santana e Paulo Sérgio Neves de Souza — respectivamente, ex-chefe e ex-chefe adjunto do Departamento de Supervisão Bancária da autoridade monetária — pelo do banco de Daniel Vorcaro.

Belline e Paulo Sérgio foram alvos da terceira fase da Operação Compliance Zero e afastados das funções por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF). Como darão explicações à PF na condição de testemunhas, Galípolo, Campos Neto, esteves e Aquino são obrigados a falar a verdade sobre o que viram e ouviram ao longo do processo.

Campos Neto assumiu o BC em 2019, enquanto Galípolo passou a comandar a instituição a partir de 2025. Ambos acompanharam o crescimento das operações do Master. No caso de Aquino, será a segunda vez que prestará depoimento à PF sobre o Master. Em 30 de dezembro do ano passado, ele afirmou aos delegados que mantinha um acompanhamento próximo do banco de Vorcaro, em razão da crise de liquidez enfrentada pela instituição, que detinha cerca de R\$ 80 bilhões em ativos. Inclusive, passou por uma acareação com Vorcaro e Paulo Henrique Costa, ex-presidente do Banco de Brasília (BRB).

Aquino também relembrou à época que no dia em que teve a liquidação decretada pelo BC,

Ed Alves/CB/DA.Press



Galípolo (E) e Campos Neto acompanharam o crescimento do Master e as dificuldades que enfrentava

em 18 de novembro de 2025, o Master dispunha de apenas R\$ 4 milhões em caixa, enquanto acumulava obrigações superiores a R\$ 127 milhões com vencimento naquela mesma semana. “Um banco com R\$ 80 bilhões costuma ter algo entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões em títulos livres. O Master, antes da liquidação, tinha apenas R\$ 4 milhões em caixa”, afirmou.

Galípolo, Campos Neto, Aquino e Esteves foram citados no depoimento prestado por Paulo Sérgio Souza, afastado do BC após informações indicarem que ele atuava dentro da autarquia para favorecer o Master, prestando uma espécie de consultoria formal, em troca de propina. O ex-diretor do BC nega ter sido favorecido. No caso de Esteves, disse à PF que o dono do BTG

Pactual teria encontrado fraude em uma das operações do Master.

Resistência

Em relação a Galípolo, o ex-diretor disse à PF que o presidente do BC teria resistido a enviar uma comunicação de crime ao Ministério Público Federal (MPF) sobre as suspeitas envolvendo a venda do Master ao BRB. Em duas reuniões que teve com o chefe da autoridade monetária para tratar sobre o assunto, Paulo Sérgio teria comunicado que o banco de Vorcaro deixara de recolher todo o compulsório (reserva obrigatória que fica depositada no próprio BC) e que seria necessário liquidá-lo ou encontrar uma solução de mercado com o BTG.

Também houve menção no depoimento a Campos Neto, que teria sido informado, em novembro

de 2024, por Ailton Aquino, sobre uma fraude de R\$ 32 bilhões em carteiras do Master em uma diligência feita pelo BTG para uma possível negociação. A defesa do ex-presidente do BC nos governos Bolsonaro e Lula alegou desconhecer a informação sobre a intimação.

“Se, de fato, existe determinação para que Roberto Campos Neto seja ouvido, é lamentável que tal informação tenha sido vazada à imprensa. Sem acesso ao documento, a defesa não tem como confirmar sua existência, autenticidade ou teor”, destaca a nota redigida pelos advogados Pedro Ivo Velloso e Francisco Agosti.

Procurados pelo **Correio** por meio de suas assessorias, Galípolo e Aquino ainda não se manifestaram até o fechamento desta edição. Esteves optou por não responder.

Redes sociais



Operador de Vorcaro, Mineiro entregava malas de dinheiro vivo

O acordo de delação de Mineiro prevê o pagamento de multa e é a segunda colaboração premiada fechada pela PGR relacionada ao

Caso Master. A primeira foi firmada com João Carlos Mansur, ex-dono da gestora Reag — mas ainda não foi homologada por Mendonça.

Mendonça homologa delação de operador

» RENATO SOUZA

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), homologou, ontem, a delação premiada do empresário Antonio Carlos Freixo Junior, conhecido como Mineiro, suspeito de envolvimento no esquema do Banco Master. Com isso, o caso do banco de Daniel Vorcaro tem a primeira colaboração confirmada em nove meses de investigação. No acordo, o empresário afirmou que era responsável por “gerar dinheiro vivo para a equipe” do ex-banqueiro. Inclusive, teria feito pelo menos sete repasses ao Fundo Havengate, nos Estados Unidos, para financiamento do filme *Dark Horse*, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O dinheiro seria entregue em malas para Vorcaro e, conforme disse, era usado no pagamento de propina. Mineiro diz ter

movimentado R\$ 1,3 bilhão, entre 2020 e 2025, e é dono da Entre Investimentos, fundo usado para repassar dinheiro ao filme sobre Bolsonaro. Os recursos enviados ao longa também são alvos da investigação.

Filho 03

Uma das suspeitas é de que o dinheiro tenha sido usado, em parte, para bancar a permanência do ex-deputado Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos. O delator afirmou ter trocado e-mails com o responsável pelo fundo Haven-gate, Paulo Calixto, que também é advogado do filho 03 do ex-presidente em solo norte-americano. Também há a suspeita de que o dinheiro venha sendo usado com caixa dois da campanha presidencial de Flávio Bolsonaro (PL) — que assegura ter sido o dinheiro de Vorcaro integralmente destinado à produção do filme.

Lula exige remoção de sigilo “doa a quem doer”

» FERNANDA STRICKLAND
» ARMANDO HOLANDA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou, ontem, a quebra completa do sigilo das investigações relacionadas ao Banco Master e criticou o que classificou como “vazamentos seletivos” em meio à crise que envolve o Supremo Tribunal Federal (STF). Ele considera que a divulgação parcial de informações pode produzir efeitos sobre

a disputa eleitoral de 2026.

Em publicação nas redes sociais, Lula afirmou que a dimensão das suspeitas envolvendo o Master exige respostas das autoridades e defendeu que as investigações alcancem todos os envolvidos, independentemente de cargos ou relações políticas. “Se faz necessário mais transparência e não vazamentos seletivos que impactam a disputa eleitoral”, escreveu o presidente.

Lula também citou a Operação Spoofing, conduzida no Supremo

pelo então ministro Ricardo Lewandowski, como exemplo de divulgação de informações que, segundo ele, deveriam ser seguidas no caso Master. A operação foi uma investigação da Polícia Federal, deflagrada em 23 de julho de 2019, para apurar a invasão de contas do aplicativo Telegram de autoridades públicas, incluindo o então ministro da Justiça Sergio Moro, magistrados e procuradores ligados à Operação Lava-Jato. Lula reforçou que nenhum dos

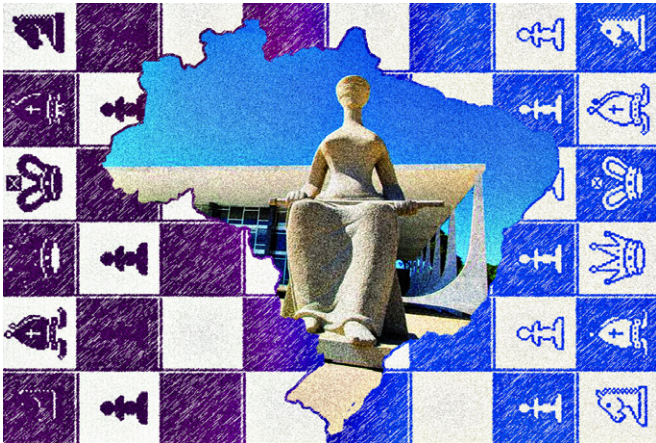
envolvidos no Caso Master deve ser poupado — “doa a quem doer”. Isso representa que um colaborador de longa data do presidente, o senador Jaques Wagner (PT-BA), poderia ficar exposto. O parlamentar é investigado pela PF acusado de usar o mandato para apoiar matérias de interesse do Master no Congresso. Em contrapartida, investigadores apontam supostos recebimentos de vantagens indevidas, como um imóvel avaliado em R\$ 2,5 milhões em Salvador.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Alegoria glauberiana do Cinema Novo descreve STF em transe

Em *Terra em Transe*, obra-prima de Glauber Rocha lançada em 1967, a fictícia República de Eldorado mergulha numa crise política que dissolve as fronteiras entre democracia, populismo, autoritarismo e ambição pessoal. O poeta e jornalista Paulo Martins, interpretado por Jardel Filho, procura interferir nos destinos do país, mas oscila entre dois projetos de poder: o conservador Porfírio Diaz, vivido por Paulo Autran, e o líder populista Felipe Vieira, representado por José Lewgoy. Paulo rompe com Diaz e se aproxima de Vieira, na esperança de construir uma alternativa democrática.

Aos poucos, porém, percebe que os dois campos se alimentam das mesmas práticas: a manipulação das massas, os acordos de cúpula, a retórica vazia e a transformação da política num grande espetáculo. Dividido entre o idealismo e o desencanto, acaba trágado pelo sistema que pretendia modificar. Ao lado de Jardel Filho, Paulo Autran e José Lewgoy, participam do filme Glauce Rocha, no papel de Sara; Danuza Leão, como Sílvia; Paulo Gracindo, como Júlio Fuentes; além de Hugo Carvana, Francisco Milani, Jofre Soares e Flávio Migliaccio. A música é de Sérgio Ricardo; a fotografia, de Luiz Carlos Barreto; e a montagem, de Eduardo Escorel.

Marco do Cinema Novo, *Terra em Transe* transformou o impasse brasileiro posterior ao golpe de 1964 numa alegoria sobre as estruturas de poder da América Latina. Com sua narrativa convulsiva, seus discursos teatrais e sua montagem fragmentada, Glauber não pretendia reproduzir os acontecimentos de forma documental. Procurava revelar o delírio de uma sociedade cujas instituições continuavam formalmente de pé, mas já não conseguiam ordenar os conflitos políticos. O filme disputou a Palma de Ouro no Festival de Cannes, onde recebeu os prêmios da crítica internacional e de Luis Buñuel.

Seis décadas depois, a alegoria glauberiana de Eldorado aparece na crise instalada no Supremo Tribunal Federal. A Corte vive um momento no qual polêmicas decisões individuais, disputas de competência e suspeitas recíprocas ameaçam produzir um Estado de transe institucional. O caso do Banco Master ultrapassou os limites de uma investigação financeira. As recentes decisões de Alexandre de Moraes, André Mendonça e Flávio Dino colocam em xeque a autoridade do STF, alcançam a Procuradoria-Geral da República e envolvem a cúpula da Polícia Federal. Quando um ministro desautoriza o outro, processos diferentes se cruzam e instituições encarregadas de investigar passam a integrar a própria controvérsia, o problema torna-se uma crise de Estado.

Mendonça determinou o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e do diretor de Inteligência da instituição, Leandro Almada. Dino decidiu reintegrá-los. Moraes, por sua vez, encaminhou à Presidência do Supremo documentos da PF para sustentar um pedido de investigação sobre a atuação de Mendonça. A disputa virou um labirinto jurídico, formado por mensagens aprendidas, relatórios policiais e vazamentos seletivos. Estão perdidos todos os envolvidos, inclusive o procurador-geral da República, Paulo Gonet. O presidente do STF, Edson Fachin, ainda não encontrou o fio de Ariadne para sair dele. Quem é o Minotauro nessa história? Moraes ou Mendonça?

A conta está chegando

Fachin resolveu assumir a condução institucional do conflito. Suspendeu as decisões de Mendonça e Dino sobre a direção da PF, manteve Andrei no cargo, retirou de Moraes o controle do pedido de investigação relacionado à controvérsia e estabeleceu que novas medidas contra integrantes da Corte dependerão de sua autorização. Também decidiu levar o conjunto das questões ao Plenário.

O presidente do STF tenta interromper o transe e devolver à instituição a unidade de comando, colegialidade e previsibilidade. Não lhe cabe proteger ministros nem antecipar julgamentos. Sua responsabilidade é garantir o devido processo legal, preservar a competência do Plenário e impedir que o Supremo se transforme simultaneamente em investigador, parte interessada e juiz de seus próprios conflitos. Parece fácil, mas não é, porque a Corte está muito dividida e a disputa entre seus integrantes virou uma briga de rua, ou seja, não trem regra.

O Supremo é um arquipélago, cada ministro é uma ilha fortificada, com artilharia e munição pesadas. Fachin não tem autoridade hierárquica sobre os ministros no exercício da jurisdição, mas responde pela preservação institucional da Corte. Diante de decisões contraditórias, cabe-lhe organizar os processos, definir os caminhos regimentais e convocar o colegiado. Quando o Plenário se reúne, porém, a autoridade não pertence aos gabinetes isolados nem à capacidade de cada ministro de impor sua interpretação por meio de uma liminar. A maioria dos ministros decide pelo voto.

É aí que mora o perigo. Um armistício entre os integrantes da Corte não é suficiente. A saída depende da apuração transparente dos fatos, da preservação das provas, da definição das competências e da submissão de todos às mesmas regras. Qualquer solução destinada somente a salvar as aparências ampliará a desconfiança da sociedade e projetará a crise sobre as eleições. Não à toa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a quebra integral do sigilo do caso Master, “doa a quem doer”. Foi arrastado para a crise pelas conexões e pelos vazamentos que alcançam personagens ligados ao governo.

Até agora, a conta está no seu colo.